



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 6ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS

1
2
3
4 No sétimo dia do mês maio de 2015, às 14h, no Auditório do Conselho, na Avenida Borges de
5 Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de pauta: 1º)
6 **Atas (Plen. Ord. 4ª de 09-04-15) e Expedientes; 2º) Relato de Comissões; 3º) 7ª Conferência**
7 **Estadual de Saúde: Informes; Relato das Subcomissões; 4º) Recepção dos novos Conselheiros**
8 **- Controle Social do SUS; 5º) Assuntos Gerais. Titulares:** Camila Jacques, Carlos Weber, Adão
9 Zanandrea, Zilá Cohen, Odil Gomes, João de Deus, José Hélio, Célia Chaves, Ana Albernaz,
10 Viviane Menezes, Carolina Gyenes, Ana Martins, Eni Bahia, Ana Valls, Leila Ghizzoni, Luis
11 Bolzan, Denise Braga, Jairo Tersari, Eder Pereira, Claudio Augustin, Rosemeri Suzin, Ivete
12 Dornelles **Suplentes:** Paula Fortunati, Rafaeli Silva, Fernanda Marques, Mara Soeiro, Sandra
13 Schimitt, Tatiane Adamski, Jaime Dias. Célia abre a plenária no ponto de pauta de aprovação da ata
14 da 4ª plenária, ela diz que o nome da conselheira Ana Albernaz não está na ata, ela informa nos
15 questionamentos de que a aprovação da ata da 1ª plenária não estava na nessa ata, dizendo que essa
16 aprovação ocorreu na 5ª plenária, portanto ela estará transcrita na próxima ata. Célia põe em
17 votação a aprovação da ata, a mesma foi aprovada pela plenária com duas abstenções. Célia diz em
18 expedientes que o Conselho recebeu uma série de convites, um da Solenidade de Posse da diretoria
19 do GHC que ocorrerá no dia 9 de maio, as 10 e meia da manhã no auditório do Instituto da Criança
20 com Diabetes, com a presença do Ministro da Saúde, ela fala de outro convite para a campanha Dia
21 D de Vacinação Contra a Gripe que ocorrerá no mesmo dia no Centro Cultural da Usina do
22 Gasômetro, as 8 e meia da manhã. Ela diz que a mesa recebeu um convite, e que eles serão
23 representados pelo vice-presidente no seminário livre macro regional de saúde do trabalhador e da
24 trabalhadora na Região dos Vales em Santa Cruz no dia 12 de maio, ela fala de outro convite de um
25 grupo de estudos em redução de danos, realizado pelo centro de referências para assessoramento
26 educação e redução de danos da Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul, que ocorrerá no dia
27 13 de maio, das 14:30 até as 17:00 na própria escola. Ela fala sobre um convite da Comissão de
28 Saúde e Meio Ambiente da Assembleia, para a audiência pública que ocorrerá no dia 13 de maio as
29 9:30 da manhã no Plenarinho sobre a saúde do trabalhador. Ela diz que na semana seguinte, terão a
30 discussão também na Comissão de Saúde e Meio Ambiente as 9:30 da manhã, no andar térreo, será
31 discutida a situação da dengue no Rio Grande do Sul. Célia entra no ponto de pauta sobre os relatos
32 de comissões ordinárias do Conselho. Ana Valls da Comissão de Fiscalização, diz que três membros
33 da comissão nessa semana participaram do 1º Encontro do Fórum Estadual Permanente de
34 Participação do Sistema Nacional de Auditoria do SUS e Cidadania do RS, ela diz que foi um
35 evento de dois dias e foram abordados por diferentes forças, a questão das auditorias, como elas são
36 procedidas, quais são seus resultados, dificuldades, encaminhamentos e outros. Ela diz que vai ser
37 promovido um segundo encontro desse mesmo tema, pela proposta vai ser em outubro desse ano,
38 ela pede para que os conselheiros se empenhem e tentem se organizar para participarem, segundo
39 ela o assunto desse encontro tem tudo a ver com o que vem sendo discutido pelo CES. Ela diz que
40 um município relatou que os municípios tem a necessidade de implantar as suas auditorias dentro
41 do SNA. Ela fala que Alegrete, que segundo ela tem auditoria, relatou sobre a sua ação dentro do
42 município, diz que fizeram auditoria em relação à prestação de serviço de laboratório, e acabaram
43 diagnosticando prestações de contas de trabalhos que não eram realizados. Odil diz que a fala da
44 Ana foi muito importante, ele que também esteve no evento, diz que foi sugerida uma rede, que são
45 os vários segmentos de controle social, e que esses segmentos deveriam ter uma abordagem com o
46 conhecimento do que está ocorrendo. Ele diz que tem muitas controladorias que não estão se
47 comunicando, ele diz que grande parte dos novos assumidores dos cargos importantes do Estado,
48 não foram vinculados a proposta SUS, e que cada um tem seus segmentos que estão facilitados aos

49 seus recursos. Ele diz que o Secretário de Saúde de Canoas tenta botar na cabeça que as pessoas
50 podem saber o dia que vão ficar doentes, ele diz que podem se prevenir de ficar doentes mas não
51 saber o dia que ficarão doentes. Zilá diz que teve a oportunidade de comparecer na atividade da
52 FASE, diz que ficou muito encantada pelo fato do trabalho que está sendo executado pela equipe,
53 ela fala sobre uma oficina de pintura de Aloísio Pedersen, e sobre seus métodos de pinturas que
54 expressam o que não consegue se transmitir com palavras. Célia diz que nessa reunião, uma questão
55 que foi comentada e segundo ela já foi pautada nas plenárias, foi a da medicalização de meninos e
56 meninas da FASE. Ela diz que as comissões precisam verificar se esse trabalho que a Zilá
57 comentou, está realmente dando conta desses problemas. Jairo diz que ontem vários hospitais
58 filantropos se manifestaram no momento do dia D que foi feito um alerta a respeito das dificuldades
59 dos segmentos, numa preocupação muito grande de não atingir quem não deve ser atingido que é a
60 população, que suspenderam o atendimento seletivo, diz que na quarta-feira irão se manifestar em
61 Porto Alegre. Ele diz que só fez um relato sobre o assunto e pede para que isso seja pautado em uma
62 plenária próxima. Célia diz que isso já foi discutido em mesa para tratar não só o financiamento dos
63 hospitais, mas do financiamento da saúde como um todo, ela diz que a questão do financiamento
64 provavelmente vai ser tratada no dia 21 de maio. Claudio diz que a questão que o Jairo trouxe é
65 muito importante, e precisa ser discutida na próxima plenária e se não for possível, que seja
66 agendada uma reunião extraordinária para tratar desse assunto. Ele diz que esteve em uma audiência
67 pública em Niterói para a discussão de um projeto de lei, para a criação de uma fundação pública de
68 direito privado para a atenção básica de Niterói, ele disse que houve uma discussão política e que
69 foi aprovado poucos dias atrás. Ele diz que esteve em outra audiência pública na Câmara de
70 Vereadores de Novo Hamburgo, feita pela comissão de saúde onde foi discutida a questão da
71 fundação, ele diz que foi apresentado um relato que segundo ele foi trágico, onde apontava o
72 desgoverno na questão da saúde pública de Novo Hamburgo, e que iam levar essas questões ao
73 Ministério Público. João diz que entendeu as questões trazidas pelo Jairo e pelo Claudio, e propõe
74 fazer uma comissão de administração da crise do decreto do governo do Estado, para medir o que
75 está acontecendo e o que vai acontecer, e mostrar ao governo estadual que eles estão atentos ao que
76 está acontecendo. Luis diz na questão que o Claudio trouxe, que o funcionamento da fundação de
77 Novo Hamburgo é bastante nebuloso, e que ele como ex-secretário de saúde do município não
78 conseguia "adentrar" em algumas dependências que eram administradas pela fundação. Ele diz que
79 tiveram muitos embates e dificuldades, e que ouviram muitas queixas dos servidores dessa
80 fundação, relatando casos de assédio moral, situações de perseguição e dificuldades de cunho
81 administrativo quanto ao orçamento, ele diz que tem por escrito, casos de nepotismo. Ele diz que
82 não concorda com o Claudio na questão geral da fundação, ele diz que ela é um instrumento como
83 qualquer um que a gestão tem a disposição, e que ela pode funcionar e também não funcionar, e
84 acha que merece mais atenção de todas as instâncias do SUS. Carolina diz que sobre os decretos, a
85 secretaria do planejamento não foi consultada, ela diz que se o conselho quiser mandar um ofício
86 com alguma solicitação para a secretaria do planejamento, eles vão tentar atender dentro das
87 limitações, ela diz que eles ficaram sabendo sobre os decretos quando foi publicado no diário
88 oficial. Claudio diz que deveriam "provocar" a secretaria do planejamento e da saúde para iniciar a
89 discussão do PPA, a LDO, e a lei orçamentaria, já que é atribuição do Conselho fazer essa análise
90 antes de ir para o poder legislativo. Carolina diz sobre a LDO, que ela não é mandada para os
91 órgãos, é feita a análise pela secretaria do planejamento mais a secretaria do COSEMS e o
92 Governador, e que a parte das prioridades e metas que tem mais a ver com a Secretaria da Saúde e
93 os outros órgãos, por ser o ano de elaboração do PPA, ela vai dia 15 de maio para a assembleia. Ela
94 diz que as oficinas para a capacitação de quem vai elaborar o PPA nos órgãos começou agora, e que
95 o Conselho deveria se organizar com a Secretaria da Saúde para participar desse processo, ela diz
96 que o orçamento deve ser encaminhado pela Secretaria da Saúde e não pelo planejamento. Célia diz
97 que não é papel do conselho participar de determinadas ações próprias da gestão na forma de
98 construir algo, apenas de avaliar e acompanhar o processo. Carolina diz que concorda com o que a
99 Célia diz, ela dá a opinião dela de que em função dos prazos que são definidos pra todas as
100 secretarias no geral, ela diz que o prazo acaba ficando curto, para encaminhar conselho, chamar

101 plenária, e fazerem análise, ela diz que se eles participarem do processo até mesmo só na parte final,
102 já antecipa essa parte. Claudio concorda com Carolina, ele diz que estão seguindo ordens do
103 planejamento, ele diz que não há disposição política dos governos em geral de ter essa interferência
104 externa na elaboração das suas cartas orçamentarias. Carolina diz que na questão dos prazos, é sim
105 culpa do planejamento, porque ficam dependendo de várias análise, e que quanto antes eles fazem
106 essa análise, pior fica para fazerem um planejamento para o ano seguinte. Ela diz que o que pode
107 ser feito é conversar com a Secretaria da Saúde para que a elaboração do orçamento, do PPA e
108 outros sejam antecipados. Ana Valls da uma sugestão baseada em uma reunião que ela participou
109 que o conselho deveria ter uma garantia de que a saúde esta planejando em cima do que está
110 aprovado, e ter a segurança de que o gestor na área de saúde esta respeitando aquilo que já foi
111 decidido. Odil diz que quando se fala em saúde parece que nunca é levado em conta os
112 planejamentos que são feitos pela secretaria, ele diz que o que estão vendo aqui é uma continuidade
113 de governabilidade, e que deveriam dar mais valor a quem trabalha dentro da proposta do SUS.
114 Rafaeli desabafa dizendo que o governo do RS está um desastre. Denise diz que não concorda com
115 Rafaeli na parte de que o governo está um desastre, ela lembra de que estão iniciando o governo.
116 Ela diz que na questão do PPA, que junto com a secretaria da saúde, eles não tem muito o que
117 inventar, mas vão garantir a qualidade que tem sido a marca do governo. Ela diz que a respeito da
118 plenária do dia 21, ela sugere que não façam a audiência nesse dia, ela diz que tem seminário de
119 governo, e que provavelmente muitos estarão impedidos de participar. Célia diz que vão procurar
120 outra data para tratar do financiamento, e que na próxima plenária, dia 21, discutirão sobre o tema
121 do documento orientador da 7ª Conferência. Célia passa para o próximo ponto de pauta sobre a
122 conferência. Ana Valls diz nos informes, que está tudo certo para a conferência, a data vai ser dia
123 18, 19 e 20 de setembro no Araújo Viana, e que os trabalhos em grupo ocorrerão em 4 escolas no
124 sábado. Claudio diz que na questão da formulação, eles estão construindo um documento
125 orientador, que era para ser aprovado nessa plenária, ele diz que ainda não tem a metodologia da
126 Conferência Nacional, e com isso não tem da Estadual, ele diz que não tem a informação se foi
127 aprovado no Conselho Nacional de Saúde. Ele diz que a ideia é fazer esse documento para
128 contribuir com os municípios, para que eles possam se basear nele para trabalhar na conferência.
129 Ele diz da necessidade que eles têm de definir o mais rápido possível os nomes dos convidados que
130 falarão na conferência, que por questão burocrática, para que o governo possa pagar por transporte e
131 alimentação dessas pessoas de fora, ele diz que quem já tiver ideias de nomes para sugerir o quanto
132 antes. Ele diz da necessidade de mais conselheiros participando das comissões, ele sugere que um
133 conselheiro envie alguém do seu órgão para comparecer nas comissões se ele estiver incapacitado.
134 Ele diz que devem ter um banco de pessoas disponíveis para falar nas conferências Municipais.
135 Conselheiro anônimo diz que tem conselheiros que a entidade cobre as despesas, ele pergunta como
136 ficam os conselheiros que terão que pagar as despesas, pergunta se o Estado vai tomar uma atitude.
137 Claudio diz que os conselheiros podem ir de ônibus ou pelo carro da secretaria. Célia diz que é
138 possível ir com o carro da secretaria, mas tem que pedir com antecedência, ela diz que tem como
139 pagar o ônibus de um dia para o outro. Rafaeli da Comissão de Mobilização, diz que terão uma
140 reunião com os conselhos das macro regionais, para fazer um trabalho de preparação. Ele diz que
141 estão tentando construir algumas agendas com alguns movimentos sociais, e diz que estão com
142 dificuldades nessa etapa, ele deixa um convite para os conselheiros ajudarem na construção dessas
143 agendas, ele diz é lamentável toda a dificuldade que eles têm financeira, e diz que não estão aqui
144 para defender partido ou governo, e sim para trabalhar com movimento social, e que o governo
145 tinha que no mínimo dar condições para esse conselho trabalhar. Odil diz que na conferência
146 passada, eles foram permitidos de irem em alguns lugares e outros não, porque não foi concedido
147 por parte do Estado. Ele diz que se anteciparem, haverão oportunidades de servirem mais
148 municípios, e transmitir a mudança no SUS. João diz que lembra quando esteve na primeira
149 plenária, quando ele perguntou se estava assegurada a participação efetiva em todo o âmbito, e o
150 secretário falou que os recursos estavam garantidos, mas que agora ele ficou sabendo que não
151 participarão no interior do Estado, e que não haverá verbas disponíveis. Ele sugere mandar um
152 ofício cobrando o secretário pelo que ele falou na primeira plenária do ano. Célia diz que podem

153 solicitar condição de irem ao interior, ela diz que os recursos que o secretário afirmou estavam
154 garantidos eram os que dizem respeito a realização da conferência no dia, e que a identidade visual
155 não será paga com esse recurso, e sim com o recurso do tesouro no qual eles viram que não ia
156 acontecer, ela diz que houve um pequeno mal-entendido na fala do secretário nessa primeira
157 plenária, e diz que não é necessário cobrar dele por isso. João diz que pelo entendimento dele, a
158 conferência estava assegurada como um todo, e não em partes, e acha que seria necessário um
159 esclarecimento do secretário. Ele diz que a Comissão de Mobilização já está preparando a
160 mobilização dos municípios, e com a falta de recursos a FRACAB vai tentar pagar transporte, e
161 diárias em hotéis, mas ainda estão em tentativas de encontrar recursos. Terezinha diz que estava no
162 dia em que o secretário estava presente na plenária, e diz que lhe chamou a atenção dela quando sua
163 colega que representa a Secretaria Estadual foi repreendida por ter falado do governador, ela diz que
164 estão aqui como conselheiro da Secretaria Estadual de Saúde, e que estão aqui para trazer a sua
165 visão e a fala da secretaria, e que tem o direito de falar como todos os outros. Ela diz que se esse
166 governo fez esse decreto, é uma lógica de gestão deles, e que amanhã pode gerar frutos que hoje
167 ninguém espera. Ela diz que saúde não é só a rede hospitalar, ela diz que tem que ver a saúde como
168 um todo, e investir na educação, na prevenção e na promoção da saúde para fortalecer essa área.
169 Célia deixa claro que todos os segmentos que estão sendo representados tem o direito de defender
170 aquilo que o seu segmento defende, e que sua palavra está garantida. Claudio diz que os gastos da
171 Conferencia Estadual estão previstos no seu regimento interno, que o Estado se comprometeu com
172 o que está no regimento interno e no decreto, e que as Conferencias Municipais são dever do
173 Município. Ele diz que os Conselhos são necessariamente plurais, por que todos têm segmentos
174 diferentes, e que muitas vezes tem opções antagônicas, ele diz que as questões apresentadas no
175 conselho não tem que ser pessoais, e sim de representação dos segmentos para fazer o SUS crescer.
176 Célia passa para o próximo ponto de pauta de recepção dos novos conselheiros, ela faz uma
177 apresentação da construção de todas as conferências que foram realizadas até agora, mostrando um
178 relato de cada uma das mesmas e mostrando mudanças que foram acontecendo no decorrer dos
179 anos. Ela diz que essa apresentação vai ser enviada para todos os conselheiros. João de Deus elogia
180 a apresentação de Célia e diz que apresentações semelhantes deveriam ocorrer mais vezes nas
181 plenárias. Alessandra diz que essa apresentação não só deveria ocorrer com mais frequência nas
182 plenárias, mas também em algum outro espaço paralelo com um tempo maior de dialogo. Ela
183 reforça o pedido da brevidade da marcação de pauta da saúde mental em uma nova plenária, ela diz
184 que um fato que ela tinha relatado em uma plenária se repetiu, o cerceamento dos moradores dos
185 residenciais terapêuticos de participarem dos encontros de militantes pelo Estado, ela diz que os
186 integrantes da Nau da Liberdade foram impedidos de demonstrar suas atividades no Mental Tche,
187 ela diz que a marcação da pauta da saúde mental tem que ser marcada para debaterem as respostas
188 que foram exigidas em plenárias. Célia diz que a pauta da saúde mental será marcada assim que ela
189 conseguir um espaço onde a participação de todos seja possível. Odil diz que não entende o
190 distanciamento que se cria entre governo e população, e que o governo está sendo desrespeitoso
191 com o povo que os elege e que os paga. Adão diz que com essa apresentação já se sentiu habilitado
192 para participar das conferências municipais, ele diz que esteve trabalhando 44 anos com pessoas
193 com deficiências, mas nos últimos 10 anos está se dedicando aos idosos, ele diz que casas de idosos
194 estão sofrendo risco de serem fechadas, por que o poder publico não tem condições de manter
195 idosos. Ele diz que precisam informar os profissionais que trabalham com idosos, pois estão com
196 dificuldades de criar entidades que defendam o idoso, ele diz que no nosso país, 71% dos idosos
197 recebem o salário-mínimo, e os outros perderam 81% do benefício. Ele diz da sua indignação como
198 cidadão, como representante dos usuários, diz que a dificuldade como cidadão de mobilidade
199 urbana, e que estão sendo impedidos de participarem na sociedade. Nada mais havendo a tratar,
200 Célia Chaves deu por encerrada a reunião, da qual eu, Juan Veiga Rodrigues, lavrei a presente ata
201 que, após leitura e aprovação, será assinada pela Mesa Diretora. Porto Alegre, 7 de maio de 2015.

202
203
204

205 Célia Chaves
206 Presidente do CES/RS
207
208
209 Odil Gonçalves Gomes
210 Coordenador do CES/RS
211
212 Paulo Humberto Gomes da Silva
213 Coordenador do CES/RS
214
215
216 Jairo Francisco Tessari
217 Coordenador do CES/RS

Claudio Augustin
Vice Presidente do CES/RS

Ana Maria Valls Atz
Coordenadora do CES/RS

Sônia Pinheiro
Coordenador do CES/RS

Francisco Zancan Paz
Coordenador do CES/RS